

I - Introdução

Alcida Rita Ramos

Começo com uma imagem de leveza benfazeja, depois de quatro anos de pesadelo ininterrupto. Imagem que todos viram nos meios de comunicação, quando a nova Presidente da Funai, Joênia Wapichana, entregou ao recém-eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o relatório *Yanomami sob ataque* (citação completa na conclusão deste volume). Peça de altíssima qualidade, esse documento é fundamental para entendermos a que ponto chegou a insana invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami (TIY). As fotos não são de pessoas, mas da TIY, quase toda escavada por imensas crateras em operações garimpeiras de terra arrasada. As imagens dão uma impressão de *Mad Max*, como se fosse a Terra ainda sangrando depois da Terceira Guerra Mundial. Recomendando fortemente a leitura desse relatório, que nos dá uma ideia da dimensão astronômica dessa tragédia.

A outra publicação é o livro *30 Anos, Terra Indígena Yanomami. O Futuro é Indígena*, de 2022, que comemora o terceiro aniversário da demarcação e da homologação da TIY. É uma produção do Instituto Socioambiental (ISA) com a Hutukara Associação Yanomami. Espero que ele seja divulgado rápida e amplamente, porque, além de abordar inúmeros aspectos da realidade Yanomami atual, também nos mostra

que, nas três últimas décadas, duas coisas importantes aconteceram: a rede de apoiadores da causa Yanomami que trabalham em contato imediato e constante com os Yanomami cresceu de maneira extraordinária e, ainda mais auspiciosa, a participação ativa e direta dos próprios indígenas na arena política das relações interétnicas.

Essas são duas das razões pelas quais o livro me dá tanta satisfação. Quando comecei a me envolver com os Yanomami – ou quando os Yanomami começaram a me envolver – éramos pouquíssimos. Éramos eu, meu ex-marido Ken Taylor, um jovem francês chamado Bruce Albert, um jovem inglês, Nicholas Cape, uns cinco ou seis estudantes da UnB e membros da então chamada Prelazia de Roraima, da Ordem italiana da Consolata. Cada um se desdobrava em três ou quatro para dar conta das demandas de assistência aos Yanomami que, nos anos 1970, eram assolados pela construção da quimérica rodovia Perimentral Norte. Agora, 30 anos depois, vejo o sumário desse livro e me espanto com a quantidade de pessoas que trabalham em prol dos Yanomami e Ye'kwana, e deles próprios projetando sua voz no mundo ao redor e além. Note-se que os participantes do volume são apenas uma fração do todo que compõe a rede em prol dos Yanomami. É um desdobramento para mim inesperado e, claro, muito bem-vindo. Na verdade, foi uma grande surpresa ao me dar conta de que novas gerações de pesquisadores de várias áreas se interessam, visceralmente, pelo destino dos Yanomami. Minha satisfação é enorme, porque, afinal,

me faz ver que o nosso trabalho árduo naqueles primeiros tempos não só não foi em vão, como prosperou além das expectativas. Talvez seja pretensioso da minha parte, ou da nossa parte, mas quero crer que o nosso esforço de poupar os Yanomami das agruras do contato interétnico indiscriminado e cruel, de evitar que eles passassem por aquilo que centenas de povos indígenas passaram ao longo de 500 anos – e muitos não sobreviveram – serviu para alguma coisa. Pode ser uma ilusão de quem percebe os povos indígenas como um futuro possível para a humanidade e não como um passado descartável. Se for, é uma ilusão construtiva à qual vale a pena nos agarrarmos.

Antes de continuar, preciso me localizar no espaço e no tempo; melhor ainda, localizar primeiro os próprios Yanomami para o público mais geral. Os Yanomami pertencem a uma grande família linguística, tão grande que se subdivide em várias línguas diferentes. Sempre presumi, seguindo o linguista Ernesto Migliazza, que eram apenas quatro línguas principais, porém, estudos mais recentes distinguem mais duas línguas que antes eram interpretadas como dialetos de outras. Embora distintas, essas línguas são mutuamente inteligíveis em graus variados, pois algumas são mais próximas e outras mais distantes, o que reflete o tempo de separação entre seus falantes ao sabor de múltiplas migrações durante os últimos três ou quatro séculos. Só como ilustração, lembro que nós vivemos situação semelhante com nossas línguas latinas; talvez as mais próximas sejam o português e o

espanhol, com italiano, francês, romeno, etc, se afastando cada vez mais do nosso idioma. Essa é a paisagem linguística que encontramos na TIY, sem falar da língua Ye'kwana que, sendo da família Caribe, nada tem a ver com a Yanomami e, por contraste, mantém-se una em toda sua extensão.

Se tivéssemos que caracterizar os Yanomami como um todo por apenas um traço cultural, eu seguiria Maurice Seiji Tomioka Nilssen, geógrafo da nossa Velha Guarda Pró-Yanomami, que tem trabalhado continuamente com eles. No livro dos 30 anos aqui citado, Maurice define-os como “o povo do movimento”. Eles se movem por tradição e por gosto e contribuem muito para descartar de uma vez por todas a falácia do nomadismo. Seus movimentos são detalhadamente planejados, controlados, intencionais, seja ao mudar de aldeia, seja ao mapear e usar lugares de caça, de pesca e de coleta. Com a destruição ambiental perpetrada pelo garimpo, esses movimentos e esses lugares praticamente desapareceram nos últimos quatro anos, mas esperamos que, debelada a crise atual, os Yanomami os recuperem, como fizeram na virada do milênio. Em algumas áreas, uns poucos oásis no inferno em que a TIY se transformou, em comunidades como as do alto Rio Negro e do Demini, os Yanomami ainda são poupados dos massacres que assolam a densa população das serras do Parima e que parecem não ter fim. Mas, se aprendemos alguma coisa com a história recente de depredação ambiental e humana, arriscamos dizer que vai chegar o dia em que os Yanomami terão tudo isso de volta.

À custa de um sofrimento espantoso, aprenderão mais uma amarga lição sobre como desenvolver uma plena consciência do que é o ímpeto colonizador do chamado Ocidente e como se equipar para combater outros ciclos de destruição.

Sobre dados demográficos, o que temos à mão não garante total fidedignidade, mas nos dá uma ideia do volume populacional da família Yanomami. Aproximadamente, portanto, nos anos 1960, havia mais Yanomami vivendo na Venezuela do que no Brasil, situação que hoje se inverte. Agora, são cerca de 10 mil Yanomami vivendo do outro lado da fronteira numa reserva, a Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, com nada menos que 8 milhões de hectares. No Brasil, segundo os números mais recentes, a população Yanomami seria de uns 26 mil, vivendo em cerca de 230 comunidades que, juntamente com os Ye'kwana, menos numerosos aqui do que na Venezuela, ocupam a TIY. Esse número está sempre em fluxo, porque uma comunidade de hoje pode se tornar duas amanhã ou, menos comum em tempos normais, se agregar a outra, desaparecendo como entidade própria. Esse é o povo em movimento que não se prende a números fixos. É sempre uma estatística que não é estática. A nossa TIY no Brasil, que foi demarcada em 1991 e homologada em 1992, tem cerca de 9,5 milhões de hectares. É grande? É! Tem razões para ser grande? Muitas, porque um povo em movimento não pode ficar enjaulado num pedaço insuficiente de terra. Aliás, nenhum povo indígena do Brasil ou de qualquer outro lugar merece ficar enjaulado em migalhas de terra.

Comecei a minha pesquisa de campo em 1968 em Auaris já na divisa com o território Yanomami/Ye'kwana na Venezuela, na terra da nossa companheira-autora Marciane Rocha, quando seu pai Ye'kwana, Tomé, nosso guia na jornada de saúde dos anos 90, era jovem como eu. Fiz um período longo de trabalho de campo, com um hiato, logo no início, para que Ken Taylor se curasse de uma hepatite. Poucos meses depois, voltamos a Auaris para continuar as pesquisas junto aos Sanumá, o grupo mais setentrional da família Yanomami. Ficamos 18 meses ininterruptos, indo de uma aldeia Sanumá para outra, permanecendo mais tempo na aldeia de Auaris, onde se instalara uma missão da MEVA (Missão Evangélica da Amazônia), e na aldeia conhecida na época como Kadimani, que nos proporcionou uma paisagem etnográfica de dar inveja a Malinowski. Era, realmente, um paraíso etnográfico sem praias, mas com montanhas, porque não havia outros forasteiros além de nós dois. Algumas mulheres se divertiam em me apalpar para se certificarem da minha humanidade, porque tive o raro privilégio de ser a primeira mulher branca que elas viam na vida. Esses episódios estão tão incrustados na minha memória que, sem querer ser melodramática, é uma pena que desapareçam quando eu morrer. Foi uma experiência extremamente tocante. Naquele momento, só nos ocupávamos com uma coisa: a pesquisa antropológica. Não havia ameaças de invasão, de epidemias, de submissão. As ameaças mais sérias vinham de um casal de missionários da MEVA, por sinal, pais de família muito gentis e prestativos, e

uma enfermeira brasileira que conseguia a proeza de juntar a jinga baiana com o fundamentalismo evangélico e conviver em harmonia e humor com dois povos indígenas tão diferentes quanto os arquétipos de Ruth Benedict: os Apolíneos Ye'kwana e os Dionisíacos Sanumá. Era na pista de 300 metros da Missão que chegávamos em monomotores Cessna, muitas vezes, furando grossas nuvens para aterrissar e testando a nossa boa forma emocional e etnográfica.

Vinte anos, uma tese, dois livros e vários artigos depois, fomos proibidos de entrar na área. Essa proibição foi engendrada por vários agentes de Estado, mas, especialmente, por uma pessoa. Ocasionalmente, comento com amigos que, no dia em que essa pessoa for presa, como se espera da justiça deste país, comemoro com uma garrafa de champanhe Veuve Clicquot! Essa pessoa é o ex-presidente da Funai, ex-governador de Roraima, ex-senador pela mesma Roraima, Romero Jucá. Romero Jucá, os militares, José Sarney ... Era um tempo, como dizer, era um tempo de grande desassossego entre nós, que trabalhávamos com os Yanomami e fomos sumariamente barrados. Quem foi proibido de entrar na área? Antropólogos, as equipes de saúde e os missionários católicos – os evangélicos não foram afetados – da prelazia de Roraima: Padre Giovanni Saffirio e Carlo Zacchini. E por quê? Porque naquele momento a terra Yanomami estava invadida por garimpeiros que, na época, dobravam o número de hoje, chegaram a ser 40 mil! Não ocupavam a extensão de hoje, mas foram suficientes para fazer um enorme

estrago na terra e na vida dos Yanomami. Como as técnicas de garimpagem eram mais artesanais, a destruição que causaram, embora muito grande, não chegou às dimensões de hoje. Dois indicadores dramáticos marcam aqueles tempos: Boa Vista passou a se destacar por um aumento inusitado de casos de AIDS, enquanto seu aeroporto era o terceiro mais movimentado do país!

Em 1978, é criada a CCPY – na época, a sigla para Comissão pela Criação do Parque Yanomami, posteriormente, Comissão Pró-Yanomami – por uma frente bem aguerrida composta de Claudia Andujar, Bruce Albert e Carlo Zacquini. Naquele momento, eu estava fora do Brasil; quando voltei, juntei-me a eles. Começou então uma gigantesca e prolongada campanha Pró-Yanomami no Brasil e no exterior. Há uns dias, alguém postou na Rede Pró-Yanomami uma matéria de Carlos Drummond de Andrade de 1979, dizendo: “Não deixem acabar com os Yanomami”. Essa matéria foi um dos muitos produtos dessa campanha, principalmente, por parte de Claudia que, com suas exposições fotográficas, aparições públicas, pronunciamentos, chamou a atenção do mundo para o drama dos Yanomami.

Porém os esforços para proteger as terras Yanomami não começaram ali. Ainda durante nossa pesquisa de doutorado, em 1970, tanto Ken Taylor e eu, como os missionários da Prelazia, independentemente, redigimos propostas de demarcação da terra, embora, naquela época, ainda nem soubéssemos os seus limites. Ficamos sabendo da extensão

da TIY, quando os militares, com seu Plano de Integração Nacional (PIN), criaram, entre outras coisas, o Projeto Radambrasil, cujo propósito era mapear os recursos minerais da Amazônia.

Quando chegaram a Roraima, na Serra de Surucucu, coração da TIY, expuseram ao mundo a quantidade de minérios ali existentes. Como era de esperar, chamaram a atenção de mineradores e, principalmente, de garimpeiros. Começou aí a movimentação para invadir a área. Havia um líder dos garimpeiros, José Altino Machado, que, no dia de carnaval de 1989, organizou uma grande invasão. Duzentos homens, vestindo fardas do exército, tomaram de assalto Surucucu. Altino Machado acabou preso, mas continuou mirando a terra Yanomami e passou a frequentar o noticiário como um dos grandes inimigos dos Yanomami. O fiasco foi momentaneamente debelado, mas abriu o caminho para uma invasão constante e crescente. Em 1991, já havia muitas das características que vemos hoje: epidemias de malária alastradas pelo território, desnutrição infantil, doenças contagiosas, enfim, todos os ingredientes ligados ao crime de genocídio que agora vemos com lente de aumento. Enquanto isso, continuávamos todos proibidos de entrar na área. O Presidente da República era José Sarney, que herdou o cargo com a morte de Tancredo Neves, que nem chegou a assumi-lo, depois de ter sido nomeado, não eleito, para ser o primeiro presidente civil em mais de duas décadas. Foi, portanto, Sarney que recebeu todo o impacto do escândalo

internacional que causou a entrega da sorte dos Yanomami aos garimpeiros invasores. Vinham jornalistas de vários países. Um deles, do Miami Herald, durante uma entrevista, esclareceu que esses jornalistas fretavam teco-tecos dos garimpeiros, chegavam à área e fotografavam cenas horripilantes de desnutrição avançada, mata transformada em lama, e, uma imagem que me ficou na memória, o cadáver de um homem Yanomami atravessado numa trilha da mata. Naturalmente, essas imagens chocaram o Brasil e o mundo e mais um escândalo explodiu. O que fez o Presidente Sarney? Chamou de volta todos os que estavam proibidos de entrar na terra Yanomami para ajudar a apagar o fogo que consumia a reputação do Brasil lá fora. Foi assim que voltamos a trabalhar junto aos Yanomami.

Foi nesse tempo que se criava a Fundação Nacional de Saúde. Fui chamada a participar das reuniões que discutiam a formação do que seriam os Distritos Sanitários Indígenas. Lembrei-me da experiência do médico Noel Nutels, que trabalhara muito bem no Parque Xingu. Sugeri que as equipes médicas deveriam ser volantes e não fixas, estáticas à espera que chegassem os doentes. Acabei voltando a Auaris como intérprete de equipes médicas. A princípio, parecia que tudo estava normal. Era o mês de maio de 1991. Depois de notícias preocupantes sobre uma crise de saúde na aldeia Kadi-mani, chegaram à Missão Auaris praticamente todos os seus residentes. Pelo caminho que levava a casa que eu havia ocupado no fim do ano anterior, veio uma fila indiana de semi-

mortos, os menos fracos carregando os mais fracos nas costas, apoiados em bastões, corroídos pela malária. Chegaram à minha casa e se deixaram cair no chão. Começou então um intenso período de busca ativa, tratamentos, aquisição de distribuição de alimentos.... Foi preciso comprar comida em Boa Vista, pois os recursos dos habitantes de Auaris eram escassos demais para alimentar mais uma aldeia inteira. Conseguimos, afinal, recuperar o povo de Kadimani depois de semanas de extrema tensão e muito sofrimento.

Pouco tempo depois, foi criada a organização URIHI Saúde Yanomami que, com recursos do governo federal, deslançou um dos programas mais bem-sucedidos em erradicação da malária e desnutrição infantil. Conseguiu debelar a malária numa enorme área do território Yanomami e trouxe tranquilidade para os Yanomami e Ye'kwana e para quem frequentava suas aldeias. Terminado o mandato de Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 2003, o governo que o sucedeu (Lula 2) acabou por dismantelar um programa que estava dando excelentes resultados. Foram retirados da área os técnicos, enfermeiros e outros profissionais que sabiam lidar com os Yanomami e substituídos por pessoas mais comprometidas com a política partidária do que com a saúde indígena. Em poucos meses, a malária e os outros males estavam de volta, cobrando vidas como de costume. Acabara a fase áurea da saúde com a malária debelada e a vida voltando ao normal. Além disso, em momento nenhum, houve a erradicação total dos garimpos, sempre ficavam al-

guns, mesmo depois da pirotecnia do Presidente Fernando Collor, no início dos anos 1990, que mandou dinamitar pistas clandestinas diante das câmeras de televisão. Em seu livro *At the end of the rainbow?*, o geógrafo escocês Gordon Mac-Millan descreve a vida dos garimpeiros em Roraima. Num relato pessoal, ele repetiu o que os garimpeiros lhe disseram: “ah, o Collor liberou a gente, porque as pistas pertenciam aos empresários, aí depois que ele explodiu, nós voltamos lá, tapamos o buraco e agora elas são nossas, então estamos bem, graças ao Collor”!

Tudo isto é apenas uma pálida imagem do que viria 30 anos depois.